

Apresentação

Tenho grande prazer em apresentar este livro, que intitula-mos *Inclusão de alunos com deficiência na Universidade Federal do Ceará: o Projeto UFC Inclui em Debate*. Como uma coletânea, ele reúne artigos referentes ao Projeto UFC Inclui e a temas abordados em mesas-redondas de ciclo de debates realizado durante o período de abril a dezembro de 2006, nos *campi* do Benfica, Pici e Porangabussu, da Universidade Federal do Ceará (UFC)¹. Direcionado a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, esse ciclo de debates abordou questões associadas ao tema da inclusão de alunos com deficiência na UFC, focalizando também experiências inclusivas que vêm sendo desenvolvidas nessa Universidade.

O processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino superior vem recebendo incentivos contínuos do governo brasileiro nos últimos tempos. Uma iniciativa relevante tem sido, por exemplo, o *Programa Incluir* lançado, por três anos consecutivos, pelo Ministério da Educação, por intermédio das Secretarias de Educação Superior e de Educação Especial (MEC – SESu/SE-ESP), em cumprimento ao Decreto Presidencial nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2005; 2006; 2007).²

Considerações sobre a gama de universidades cujos projetos têm sido financiados anualmente pelo *Programa Incluir* e sobre os recursos que o MEC tem destinado para esse fim revelam a

¹ Para uma rica discussão sobre este ciclo de debates, ver no Capítulo I o artigo intitulado “Ciclo de debates na UFC: acessibilidade atitudinal?”, da autoria de Ana Karina Morais de Lira e Ana Maria Frota.

² BRASIL. Ministério da Educação. SEESP/SESu. Edital n. 2, de 16 de maio de 2005 - Programa Incluir. *Diário Oficial da União*, Seção 3, n. 93, 17 de maio de 2005, p. 39 e 40.

_____. Edital n. 8, de 3 de junho de 2006 - Programa Incluir. *Diário Oficial da União*, Seção 3, 4 de julho de 2006, p. 30 e 31.

_____. Edital n. 3, de 26 de abril de 2007 - Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior. *Diário Oficial da União*, Seção 3, n. 108, 6 jun. 2007, p. 31 a 33.

amplitude desse Programa. A partir do seu primeiro edital, em 2005, cujo recurso orçamentário era de um milhão de reais, treze projetos foram selecionados: das Universidades Federais da Bahia, Ceará, Juiz de Fora, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Roraima, São Carlos e Uberlândia; da Fundação Universidade do Rio Grande, Rural de Pernambuco e Universidade de Brasília.³

No âmbito do segundo edital, em 2006, com recursos de um milhão e cem mil reais, vinte e oito projetos foram selecionados: das Universidades Federais do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Ouro Preto, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Santa Maria, Sergipe, Tocantins, Uberlândia, Viçosa; da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre, Fundação Universidade do Rio Grande, Rural do Rio de Janeiro, Tecnológica do Paraná, Universidade de Brasília, e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet) do Pará, Bento Gonçalves e São Vicente do Sul.⁴

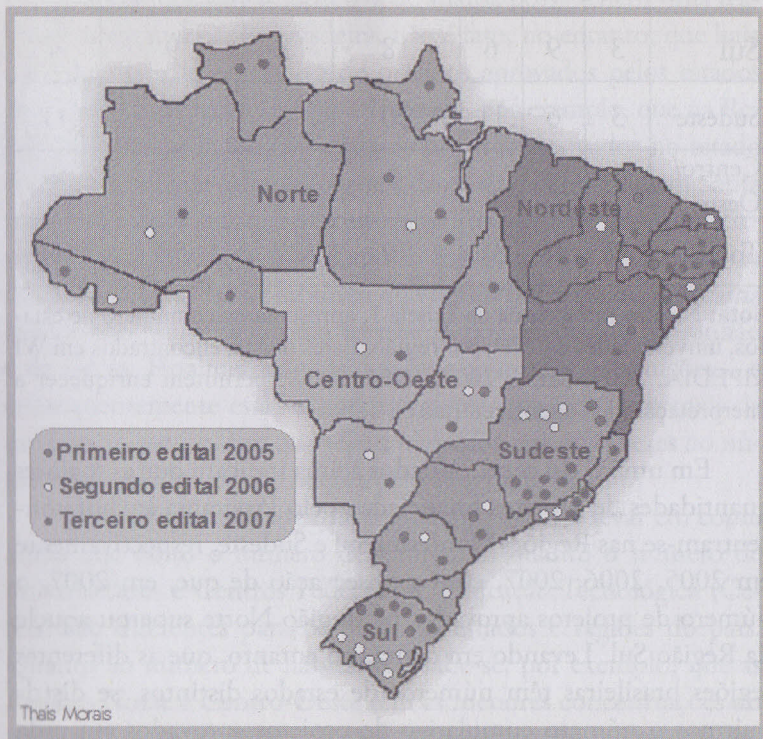
Finalmente, a partir do terceiro edital, em 2007, cujo recurso orçamentário era de dois milhões de reais, trinta e oito projetos foram selecionados: das Universidades Federais do Pará, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Tocantins, Fluminense, Juiz de Fora, Minas Gerais, Alfenas, Triângulo Mineiro, Rio de Janeiro, Santa Maria, do Pampa e Grande Dourados; Rural de Pernambuco e do Semi-Árido; Fundações Universidades Federais de Rondônia, Roraima, Amapá, Acre, Vale do São Francisco, Sergipe, Piauí, Mato Grosso, Brasília, Uberlândia, São Carlos, Pelotas e Rio Grande; Centros Federais de Educação (Cefet) do Amazonas, Pará, Pernambuco, Espírito Santo, (de Química) de Nilópolis-Rio de Ja-

³ BRASIL. Ministério da Educação. SEESP/SESu. Resultado do Edital MEC/SESu/SEESP. n. 2, 16 de maio 2005. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu>>. Acesso em: 2 ago. 2005.

⁴ _____. Resultado do Edital MEC/SESu/SEESP n. 8, de 3 de junho de 2006. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu>>. Acesso em: 30 out. 2007.

neiro, Ouro Preto e São Vicente do Sul; e Universidade Tecnológica Federal do Paraná.⁵

O Mapa 1 ilustra a distribuição, por Estados e Regiões Brasileiras, das universidades com projetos para a inclusão de alunos com deficiência financiados pelo Programa Incluir, ano a ano. Esses dados, agora agrupados em instituições por Região, são apresentados na Tabela 1, para facilitar a interpretação dos mesmos.



Mapa 1 – Distribuição, por Estados e Regiões, das Universidades Contempladas pelo Programa Incluir (MEC – Sese/Seesp), Ano a Ano

⁵ BRASIL. Ministério da Educação, SEESP/SESu. Resultado do Edital MEC/SESu/SEESP, n. 3, de 26 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu>>. Acesso em: 30 out. 2007.

Tabela 1 - Número de Universidades Contempladas pelo Programa Incluir (MEC – Sese/Seesp), por Região, Ano a Ano

| Região/ Ano | 2005 | 2006 | 2007 | Cumulativo (2005-2007) | Número Estados | Número Universidades | Número Cefet |
|------------------|------|------|------|---------------------------|-------------------|-------------------------|-----------------|
| Norte | 2 | 4 | 8 | 14 | 7 | 8 | 3 |
| Nordeste | 4 | 6 | 10 | 20 | 9 | 14 | 10 |
| Sul | 3 | 9 | 6 | 18 | 3 | 9 | 4 |
| Sudeste | 3 | 6 | 11 | 20 | 4 | 23 | 11 |
| Centro/ Oeste | 1 | 3 | 3 | 7 | 4 | 5 | 5 |
| Total | 13 | 28 | 38 | 79 | 27 | 58 | 33 |

Nota: Na área sombreada da Tabela 1, apresentamos o número de estados, universidades e Cefet, por região. Estes dados, encontrados em WIKIPEDIA, 2007; MEC, 2007; INEP, 2007⁶, permitem enriquecer a interpretação dos dados centrais da Tabela.

Em uma visão geral, os dados acima indicam que as maiores quantidades de projetos financiados pelo Programa Incluir concentram-se nas Regiões Nordeste, Sul e Sudeste, respectivamente em 2005, 2006, 2007, com a observação de que, em 2007, o número de projetos aprovados na Região Norte superou aquele da Região Sul. Levando em conta, no entanto, que as diferentes regiões brasileiras têm números de estados distintos, se distribuímos o número cumulativo de projetos aprovados em cada região pelos seus respectivos estados, temos as seguintes relações:

⁶ WIKIPEDIA. *Regiões do Brasil*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki>>. Acesso em: 22 out. 2007.

MEC-SESu. Instituições Federais de Ensino Superior. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/index>>. Acesso em: 22 out. 2007.

INEP. Lista de Instituições de Ensino Superior. Disponível em: <<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional>>. Acesso em: 22 out. 2007.

6 projetos aprovados para cada estado da Região Sul; 5 para cada estado do Sudeste; e 2,2; 2; e 1,8 projetos aprovados para cada estado das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, respectivamente. Sob esta perspectiva, os dados revelam que são os estados das Regiões Sul e Sudeste que concentram as maiores quantidades de projetos financiados pelo Programa Incluir, muito mais do que os estados das demais Regiões, incluído o Nordeste.

Mesmo que essa perspectiva de análise possa refletir uma realidade comum à nação brasileira, não é fato, no entanto, que haja uma distribuição equitativa de projetos aprovados pelos estados dentro de cada região. O Mapa 1 mostra, por exemplo, que na Região Sul destaca-se a quantidade de projetos aprovados no estado do Rio Grande do Sul, muito mais do que no Paraná ou em Santa Catarina. No Sudeste, destacam-se as aprovações em Minas Gerais, muito mais do que no Espírito Santo, no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Observe-se ainda que nesses três anos do Programa Incluir não houve nenhuma aprovação nos estados do Maranhão e de Goiás. Finalmente, considere-se que muitas instituições – e consequentemente estados - têm projetos aprovados por mais de um ano, o que faz com que sejam incluídos repetidas vezes no número cumulativo de aprovações pelo Programa Incluir.

Voltando à realidade brasileira, é importante levar em conta ainda que tanto o número de habitantes quanto o número de universidades e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) são diferentes para os distintos estados e regiões do país. Quanto ao número de habitantes, sabe-se, por exemplo, que as Regiões Norte e Centro-Oeste têm as menores concentrações do país, enquanto o Sudeste detém os maiores índices populacionais. Quanto ao número de instituições federais de ensino superior, destaca-se também a Região Sudeste, e principalmente o estado de Minas Gerais, com 11 universidades e 6 Cefets, que representam respectivamente 47,83% e 54,55% do total dessas instituições na Região. Distribuindo o número de instituições federais de ensino superior pelo número de estados nas regiões,

temos as seguintes relações: 8,5 instituições para cada estado do Sudeste; 4,3 para cada estado do Sul; e 2,7; 2,5 e 1,6 instituições respectivamente para os estados das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. O fato de haver uma grande concentração de instituições federais de ensino superior no Sudeste e no Sul certamente influenciou os resultados sobre as aprovações de projetos pelo Programa Incluir, também concentradas em estados das Regiões Sul e Sudeste. Essas universidades devem ter inscrito número significativo de projetos, destacando-se já na concorrência aos editais do Programa Incluir. O caso da Universidade Federal do Pampa ilustra a prontidão da Região Sul do país: com 10 *campi* distribuídos pelas cidades de Bagé, Jaguarão, São Gabriel, Santana do Livramento, Uruguaiana, São Borja e Alegrete essa universidade foi criada em 2005 no âmbito do Plano de Expansão do Sistema Federal Público de Ensino Superior (MEC, 2007), e teve projeto aprovado pelo Programa Incluir já em 2007.

Sobre o número de projetos aprovados pelo Programa Incluir, merece evidência o aumento significativo de aprovações de ano a ano, sendo importante considerar, em paralelo, os recursos financeiros que o MEC – SESu/SEESP tem destinado anualmente ao Programa. A Tabela 2 apresenta dados para subsidiar essa discussão.

Tabela 2 – Recursos do Programa Incluir, Ano a Ano

| Ano do Edital do Programa Incluir | Recursos destinados para o Edital (R\$) | Número de Projetos Financiados | Financiamento médio por Projeto |
|-----------------------------------|---|--------------------------------|---------------------------------|
| 2005 | 1.000.000,00 | 13 | 76.923,00 |
| 2006 | 1.100.000,00 | 28 | 39.286,00 |
| 2007 | 2.000.000,00 | 38 | 52.632,00 |

Os dados na Tabela 2 demonstram que, apesar do número de projetos aprovados pelo Programa Incluir em 2005 haver duplicado em 2006 e triplicado em 2007, a aplicação de recursos no Programa, no entanto, não cresceu na mesma proporção, permanecendo na ordem de um milhão de reais em 2005 e 2006, e duplicando somente em 2007. Isso indica que não houve, de

fato, um aumento no investimento do MEC para a inclusão de alunos com deficiência nas instituições federais de ano a ano, em termos de recursos destinados para o financiamento de projetos pelo Programa Incluir, diferentemente do que somos levados a crer quando consideramos somente o número de projetos aprovados de um ano a outro. Quando estimamos médias de financiamento por projetos aprovados, para cada ano, os dados demonstram uma queda de 50% no financiamento médio por projeto em 2006; e uma diminuição de 30% em 2007, em comparação aos valores médios de 2005.

Mesmo que essa estimativa possa ser útil à comparação dos recursos destinados ao Programa Incluir, ano a ano, não é fato, no entanto, que a aplicação desses recursos seja equitativa entre os projetos aprovados por esse Programa a cada ano. Há diferenças entre os recursos destinados a cada projeto, as quais certamente estão associadas às ações que cada um propõe. O *Projeto UFC Incluir*, por exemplo, obteve um financiamento de 77 mil reais em 2005, sendo uma média de 30 mil para obras arquitetônicas, 20 mil para equipamentos computacionais, e 27 mil para pagamento de bolsas estudantis, serviços, realização de seminários e organização de livro.

Vale observar, inclusive, que os valores repassados pelo Programa Incluir são insuficientes para suprir as necessidades das universidades em termos de acessibilidade, ainda que possam, no entanto, servir de estímulo a ações futuras. Quando consideramos, por exemplo, todas as obras que a UFC necessita executar para permitir a acessibilidade física na instituição⁷, o conjunto das obras

⁷ Para uma rica discussão sobre esse tema, sugerimos a leitura do artigo intitulado *Uma visão perspectiva da acessibilidade física na Universidade Federal do Ceará*, apresentado na segunda parte desta publicação. Neste trabalho, a arquiteta Regina Lúcia Cunha fornece dados e tece análises que podem ser úteis para a definição do orçamento da UFC, guiando ações necessárias à promoção da acessibilidade física na instituição. Por exemplo, um desses dados, que é preocupante, revela que dos 92 prédios com mais de um pavimento na UFC, somente 9% têm elevadores!

financiadas pelo Programa Incluir torna-se pouco significativo. No entanto, à medida que banheiros são adaptados e rampas são construídas no âmbito do Projeto UFC Incluir, a comunidade acadêmica vai percebendo a importância da acessibilidade física na instituição, o que certamente estimula a realização de ações futuras de natureza similar.

O debate sobre as ações propostas e desenvolvidas no âmbito dos projetos aprovados pelo Programa Incluir é certamente indispensável para o enriquecimento dessa discussão sobre a sua amplitude e para a sua avaliação. Por um lado, dado que esses projetos são muito recentes, ainda há pouco conhecimento difundido acerca dos seus objetivos, metas, resultados, considerações teóricas e metodológicas, sugestões etc. Esse quadro pode ser modificado com o estímulo a publicação das experiências desses projetos. Por outro lado, há estudos (MAZZONI e TORRES, 2005)⁸ e também muitos projetos e programas voltados à inclusão de alunos com deficiência em universidades brasileiras, os quais foram iniciados já há alguns anos e têm tido continuidade nas suas ações. Esses, a exemplo do Programa USP Legal (PIRES *et al.*, 2003; GIMENES e FERREIRA, 2005)⁹ e de projetos e ações em desenvolvimento pela PUC Minas, UNICAMP, UnB, UFPR etc., certamente já têm um conhecimento e experiência acumulada na área, de forma tal que em muito podem contribuir com os projetos mais novos.

⁸ MAZZONI, A. A. e TORRES, E. F. A percepção dos alunos com deficiência visual acerca das barreiras existentes no ambiente universitário e seu entorno. *Revista Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, ano 11, n. 30, p. 10 - 17, abr. de 2005.

⁹ PIRES, C.R.; LOPES, M.E. e OLIVA FILHO, S. M. Projeto USP Legal: propondo uma política da USP referida a deficiência. In: SEMINÁRIO ATIID, 2., 2003, São Paulo. *Anais...* Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>>. Acesso em: 9 jun. 2007.

GIMENES, C.E.R. e FERREIRA, G.B. O Programa USP Legal como fator de inclusão digital de pessoas com deficiência na Universidade de São Paulo. In: SEMINÁRIO ATIID, 3, 2005, São Paulo. *Anais...* Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>>. Acesso em: 9 jun. 2007.

Mesmo reuniões e/ou seminários¹⁰ que possam estimular a troca de experiência entre as coordenações e/ou equipes envolvidas com os projetos são escassos. Fica aqui a sugestão para que a coordenação do Programa Incluir (MEC – SESu/SEESP) organize eventos dessa natureza em esferas regionais e nacionais, estimulando e subsidiando os encontros, discussões e trocas entre os grupos envolvidos. O uso da internet e suas ferramentas, como portal, correio eletrônico e listas de discussão, pode ser muito útil para as interações e cooperações prévias e posteriores aos encontros presenciais.

A publicação deste livro representa uma oportunidade de difundir e discutir o conhecimento produzido e as experiências vivenciadas no âmbito do Projeto UFC Incluir. Assim como o Projeto, esta publicação é resultado do trabalho de muitos parceiros, que, de uma ou de outra forma, se envolveram com a inclusão de alunos com deficiência na UFC.

Eu tive o privilégio de estar à frente do Projeto UFC Incluir, de coordená-lo junto ao MEC-SESu/SEESP, e de formar, junto com as professoras Vanda Leitão e Zilsa Santiago, uma coordenação colegiada para o desenvolvimento dos trabalhos na UFC, grupo esse que é, de fato, responsável pelos resultados do Projeto, certamente bastante positivos. Também foi essencial contar, junto a esse grupo, com a professora Ana Frota, que coordenou o Ciclo de Debates e o Grupo de Sensibilização do Projeto, iniciativas que, sem dúvida, em muito contribuíram para o alcance dos objetivos do Projeto.¹¹

No âmbito da administração superior da UFC, foi muito importante o apoio, desde o início, da Pró-Reitoria de Graduação. Ao longo do período em que o Projeto foi desenvolvido, laços foram sendo estabelecidos também com setores como a Coordenadoria de Projetos e Obras da Superintendência de Planejamento Físico e

¹⁰ A exemplo do 2º encontro das instituições de ensino superior inclusivas, promovido pela PUC Minas em 22 de agosto de 2007.

¹¹ Aqui aproveito para expressar o meu agradecimento às três colegas, com as quais tive o prazer de compartilhar essa experiência com leveza, confiança mútua e tenacidade. Valeu!

Operações - PLANOP, e as Diretorias do Sistema de Bibliotecas e Biblioteca do Centro de Ciências Sociais, o que permitiu uma ampliação e fortalecimento das ações do UFC Inlui. A parceria com o Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, também foi importante para a tomada de algumas providências por parte da UFC, garantindo o atendimento a disposições legais a favor das pessoas com deficiência. Entre os demais parceiros do Projeto, a Companhia de Teatro Ponto de Vista, composta por atores com deficiência visual, destacou-se pelo grande envolvimento e presença contínua, fortalecedora. A ONG Movimento VIDA também enriqueceu em muito as ações do Projeto.¹²

A lógica que guia a organização deste livro segue aquela adotada na organização do Ciclo de Debates promovido pelo Projeto UFC Inlui, com artigos agrupados por tipos de deficiência. No entanto, a publicação foi organizada em duas partes. A primeira, introdutória, é composta por dois capítulos, os quais discutem: as propostas, ações e resultados do Projeto UFC Inlui; e o impacto do ciclo de debates na UFC. A segunda parte, referente a temas diversos abordados em mesas-redondas do Ciclo de Debates UFC Inlui, apresenta cinco capítulos, ou melhor, cinco mesas-redondas. Os textos são escritos por profissionais não necessariamente ligados a UFC e abordam temas gerais envolvendo as deficiências visual, auditiva e locomotora. Desejamos que

¹² Uma vez mais, os nossos sinceros agradecimentos a: professora doutora Ana Maria Iório Dias, Pró-Reitora de Graduação; arquiteta Regina Lúcia Lopes de Sousa da Cunha, titular da Coordenadoria de Projetos e Obras da PLANOP; Francisco Jonatan Soares e Ana Elisabeth Albuquerque Maia, Diretores do Sistema de Bibliotecas da UFC e da Biblioteca do Centro de Ciências Humanas e Sociais, respectivamente; doutor Francisco de Araújo Macedo Filho, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão; Hortêncio Pessoa e Ruth Queiroz, Diretores da Cia. Ponto de Vista; e professora Nadja de Pinho Pessoa, Presidente da ONG Movimento VIDA.

estas páginas propiciem a todos uma experiência tão confortável quanto instigante, suscitando muitas reflexões e estimulando inúmeras ações inclusivas futuras.

Ana Karina Morais de Lira
Fortaleza, 27 de novembro de 2007

1ª PARTE
Artigos Preliminares